

SABER E PODER NOS INSTITUTOS E SOCIEDADES GEOGRÁFICAS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O IHGB

Sergio Nunes PEREIRA*

O que aqui se apresenta como texto para a mesa redonda "Os 160 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" baseia-se em parte de um estudo mais abrangente sobre as modalidades de saber geográfico desenvolvidas no Brasil antes de sua efetiva institucionalização acadêmica (PEREIRA, 1997). Isto implica que o tema da mesa seja abordado dentro da perspectiva delineada no referido estudo, com ênfase particular no papel desempenhado por instituições auto denominadas *históricas ou geográficas* na construção de um projeto de nação no Brasil do século XIX e início do século XX. Parte-se do pressuposto de que tal papel pode ser avaliado a partir das formas de conhecimento cultivadas no âmbito dessas instituições, dentre as quais, pelo pioneirismo e longevidade, destaca-se o IHGB.

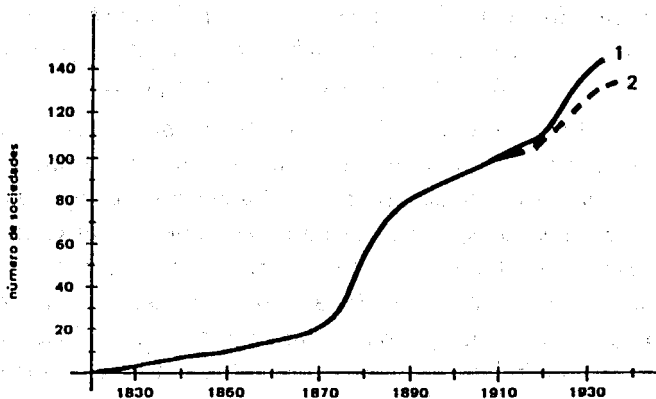
Definidas essas premissas, optou-se por organizar o presente texto em três partes. Na primeira, procura-se contextualizar minimamente o tema em questão, fornecendo algumas coordenadas históricas sobre a origem e expansão das chamadas sociedades geográficas na Europa ao longo do século XIX. Na segunda, considera-se o IHGB como um tipo específico de *sociedade geográfica*, organizada no Brasil com o objetivo de amparar um projeto de construção da identidade política, social e territorial do Império. Na terceira, finalmente, são fornecidas algumas breves indicações sobre outras sociedades geográficas atuantes na mesma época no Brasil, a fim de que se possa dispor de um contraponto em relação ao IHGB.

(*) Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

A EXPANSÃO DAS SOCIEDADES GEOGRÁFICAS NA EUROPA DO SÉCULO XIX

O século XIX pode ser considerado como o século por excelência das grandes explorações terrestres e marítimas. O desenvolvimento tecnológico, os novos meios de comunicação, a necessidade crescente de mercados e matérias primas para a produção industrial e uma população cada vez mais numerosa impulsionavam vigorosamente o conhecimento da Terra e permitiam a expansão europeia sobre áreas consideradas até então remotas e inóspitas. As sociedades geográficas tiveram uma importância considerável neste processo, atuando como centros de intercâmbio científico e incentivo à exploração. Pouco tempo após o surgimento da *Société Géographique de Paris* em 1821, a primeira no gênero, foram criadas similares em Berlim (1828), Londres (1830) e Frankfurt (1836). Nas décadas seguintes o ritmo de expansão dessas sociedades manteve-se constante, ainda que relativamente lento, de tal forma que em 1869 existiam 20 delas em todo o mundo.

Nas últimas décadas do século o movimento de criação de sociedades deste tipo na Europa adquire novo impulso, conferido pelo redobramento da expansão comercial e colonial que então se verificava, assinalando a chamada era imperialista. A proliferação de sociedades geográficas, particularmente intensa entre 1870 e 1890 (ver figura abaixo), constitui um fato diretamente relacionado às transformações econômicas e políticas operadas no período.



Evolução do número de sociedades geográficas (1821-1935)

- 1- Total de sociedades (incluindo as de caráter eminentemente profissional)
- 2 - Curva resultante quando suprimidas as sociedades profissionais

Fonte: CAPEL, H. (1977)

Nos termos bastante claros propostos por um dos mais autorizados estudiosos do tema, *"a geografia converteu-se a partir da segunda metade do século XIX numa ciência a serviço dos interesses imperialistas dos países europeus"* (CAPEL, 1981, p. 173). Entende-se assim a importância de se conhecer o território a ser colonizado e explorado, sendo o conhecimento a porta de entrada em lugares antes tidos como exóticos, estranhos ou mesmo bárbaros, sobre os quais eram ainda alimentadas fantasias quanto a riquezas ou potencialidades econômicas. Conhecer o curso dos rios, as condições meteorológicas, os hábitos dos nativos e as rotas de circulação foram alguns dos principais objetivos das sociedades geográficas que se formaram ao longo deste século. Produzir relatórios, mapas e catálogos científicos; financiar expedições e publicações; criar estações meteorológicas e telegráficas; formar um corpo de funcionários para o trabalho nas colônias - eis algumas das iniciativas por elas levadas adiante a fim de produzir um acervo de informações e conhecimentos a serviço do Estado, uma vez que, de acordo com o mesmo autor, *"a preocupação com os aspectos comerciais tornou-se aguda no último terço do século, na mesma medida em que se acentuava a competição pela busca de novos mercados por parte das potências industriais européias"* (CAPEL, 1981, p. 191). Assim, sob a forma de um conhecimento "moderno", comprometido com o progresso e com a expansão do processo civilizatório, desenvolvia-se no âmbito dessas instituições um saber geográfico pragmático e estratégico. Um saber-poder, portanto.

Um exame do perfil profissional dos membros das sociedades geográficas é revelador dos interesses que moviam as mesmas. A grosso modo, os associados podem ser agrupados em cinco categorias básicas: intelectuais diletantes, cientistas, militares comerciantes/empresários e funcionários de alto escalão do governo. Esta composição permite perceber que curiosidade científica, "razões de Estado" e interesses na exploração comercial de áreas ainda precariamente incorporadas à economia mundial coexistiam então no âmbito das sociedades. A tendência, no entanto, é de que estas se tornassem cada vez mais comerciais e menos científicas, como se pode concluir a partir da mudança de objetivos expressa em estatutos, a crescente desproporção entre os associados (com declínio relativo dos membros cientistas) e o maior apoio que passam a receber por parte dos Estados nacionais. Na

realidade, um número considerável de novas sociedades começava a apresentar um caráter exclusivamente comercial, como a *Société de Géographie et d'Études Coloniales de Marseille* (França) e as sucursais da *Royal Geographical Society* em Edimburgo e Manchester (Grã-Bretanha).

Ainda, que em sua maior parte tenham se originado no século XIX na Europa, as sociedades geográficas passaram a ser criadas também em territórios coloniais (a *Royal Geographical Society* contava com uma filial em Bombaim), em países sem ligações com o imperialismo (como a *Société de Géographie de Genève*) e, por vezes de forma bastante precoce, em países ibero-americanos independentes desde o início do século (nesses casos, a *Sociedad Mexicana de Geografía e Historia* e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constituem os exemplos mais antigos).

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Para entender a origem das sociedades geográficas no Brasil, no entanto, é necessário buscar um viés de análise que não tome como premissa básica a expansão comercial e o imperialismo. A exemplo de outros trabalhos (GUIMARÃES, 1988; ZUSMAN, 1996), optou-se neste caso por considerar a questão da formação do Estado nacional, que diferiu consideravelmente dos processos verificados no continente europeu. No caso brasileiro, havia um projeto específico de nação no topo da agenda política, projeto este acalentado nos órgãos de cultura nacionais, dentre os quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A nação recém-independente passava a contar agora com um instituto destinado a escrever sua história, fundar suas tradições, produzir datas a comemorar e símbolos a enaltecer. Assim, o IHGB, criado em 1838, possuía uma função característica no contexto particular de um Estado ainda em formação, para o qual, dentre outras coisas, era de importância vital o conhecimento do território para fins de controle efetivo e apropriação simbólica. O modo pelo qual o Instituto procurava construir a *história nacional* foi bem retratado por Lilia Schwarcz:

...fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Essa Lógica comemorativa do instituto se efetivou

não só mediante os textos produzidos e publicados na revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e uniformes próprios ao estabelecimento. Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar (SCHWARCZ, 1993, p. 104).

Em consonância com outros acontecimentos e discussões verificados na Europa, sob diferentes contextos, a criação do IHGB trazia a marca do delineamento da nação. Era necessário formar uma elite esclarecida, com identidade própria, para governar. O conhecimento da história e da geografia da pátria contribuiria, então, para a socialização desta elite nos valores nacionais, construídos através do vínculo entre o território e sua soberania régia (ZUSMAN, 1996, p. 94). Foi, portanto, *"à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação, que se entregaram os letrados reunidos em torno do IHGB"* (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Tratando-se de uma nação "jovem", o Brasil não deixava de apresentar, de forma contraditória, uma dimensão de continuidade no processo de apropriação de si mesmo como objeto de conhecimento, visando forjar sua identidade. O que se buscava, na realidade, era uma continuação da tarefa colonizadora portuguesa.

A proposta de criação do IHGB partiu originalmente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), que pretendia impulsionar a agricultura e a agroindústria no Brasil incentivando a produção de conhecimentos práticos que pudessem ser aplicados a esses setores econômicos. Na ocasião de sua fundação o IHGB contava com cinquenta membros ordinários, divididos igualmente entre as seções de história e geografia. Sua estruturação dava-se através da promoção de expedições, conferências e, sobretudo, através da publicação de uma revista. Coletar, organizar e arquivar documentos pertinentes à história nacional; estabelecer filiais nas províncias; registrar informações sobre o território; manter uma revista - tais objetivos, definidos já nos estatutos, orientaram sua atuação.

É importante ressaltar o vínculo existente entre o IHGB e o Imperador, assim como os vínculos entre os associados e o aparelho estatal. Neste sentido, é revelador que 22 dos 27 sócios-fundadores fossem membros da administração pública. *"Poder e saber associam-se na medida em que a*

erudição parece agir como instrumento de legitimidade para a participação política e enquanto este reconhecimento social outorgaria respaldo suficiente para desenvolver atividades no campo da produção do saber", explica Zusman (1996, p. 96). O Imperador, patrono da instituição e presença constante em suas reuniões, estreitou progressivamente os laços mantidos com ela. Isto pode ser constatado, por exemplo, na transferência da sede do IHGB para o Paço Imperial (1849), e na modificação dos seus estatutos (1851), deixando transparecer um reforço da ligação com a Coroa e, em contrapartida, um esvaziamento da influência original da SAIN. O Instituto chegava a obter 75% de seu orçamento de recursos provenientes do Estado, denotando sua subordinação a este e, inevitavelmente, uma certa ingerência oficial nos assuntos internos e na pauta de discussões. O estabelecimento de um poder monárquico mais centralizado nas mãos do imperador, na década de 1850, reforçou ainda mais os laços de lealdade entre os membros do Instituto e D. Pedro II, como bem exemplifica Lilia Schwarcz:

...nascido em meio a uma conjuntura em que se lutava pela preservação da soberania do país, o IHGB identificou-se com a política centralizadora daquele período, mantendo desde a origem a finalidade explícita de construir uma 'memória nacional' em que produção intelectual e relações de poder estivessem tão irmanadas que não haveria lugar para a discórdia (SCHWARCZ, 1993, p. 135).

Entre as publicações do IHGB merece especial atenção a revista publicada trimestralmente desde 1839, por apresentar uma preocupação de rigidez documental até então inexistente. Não foram poucas as vezes em que tal característica foi colocada a serviço dos interesses políticos do Império. Segundo Perla Zusman (1996, p. 101), a produção do Instituto tomava forma justamente num período em que as fronteiras externas brasileiras eram objeto de discussão com os países vizinhos, o que demandava, além da ação diplomática, um conhecimento acerca desses espaços limítrofes, a fim de melhor fundamentar-lhes a soberania. Era necessário compilar a maior quantidade possível de informação sobre essas áreas, tanto a partir da cartografia quanto das expedições exploradoras. Assim, o IHGB organizou um acervo documental (histórico e cartográfico) que fornecia subsídios a essas discussões, deixando transparecer seus vínculos com o poder e a política imperiais.

Tanto Vânia Vlach (1988, p. 101) como Lilia Schwarcz (1993, p. 110) chamam a atenção para a desproporção entre artigos de história e de geografia na Revista do IHGB, apontando para uma maior ênfase nos estudos históricos e o caráter mais "pragmático" e instrumental dos textos de geografia. Sem entrar no mérito da distinção entre as duas disciplinas, cujos significados e conteúdos não seriam exatamente os mesmos conferidos hoje, pode-se refletir sobre as concepções de história e de geografia que informavam os artigos publicados na revista. No que diz respeito à história, verifica-se uma concepção linear em que os fatos estudados são dispostos um ao lado do outro de maneira contínua, sem conflito, cabendo ao historiador- imbuído de objetividade científica - destacá-los e arrumá-los numa determinada ordem. Trata-se de uma perspectiva marcada pelo positivismo e evolucionismo dominantes na segunda metade do século XIX, afinada com a preocupação de exaltação patriótica que em geral orientava a revista.

A geografia, por sua vez, era necessária sobretudo para o entendimento da história, subordinando-se a esta. Quando não voltados para a cartografia e questões de fronteiras, os estudos de cunho geográfico limitavam-se quase sempre à descrição de circunscrições político-administrativas (corografias) ou de aspectos do quadro natural, segundo uma perspectiva que se poderia considerar enciclopédica. Contra esta concepção se insurgiriam os renovadores da disciplina na primeira metade do século XX, como Delgado de Carvalho, referindo-se aos trabalhos geográficos do tipo mencionado - basicamente descritivos - como uma *geografia-nomenclatura*, e não representantes da *geografia-ciência* (CARVALHO, 1927).

Definição de limites, relatos e memórias de viagem, corografias das províncias, descrição dos rios e do litoral, levantamento de latitudes e longitudes, observações meteorológicas, organização de dicionários geográficos e etnográficos: eis alguns dos temas recorrentes levantados por Vlach (1988) visando demonstrar o predomínio da *geografia-nomenclatura* no IHGB. Nesta perspectiva, o homem aparecia como elemento inerte da paisagem, integrando o quadro geográfico a ser desvendado e desmontado pelo estudioso que, através de minucioso trabalho, observa, descreve e classifica.

Com base no que foi discutido até aqui pode-se afirmar que o conhecimento cultivado no IHGB expressava uma proposta bastante

ambiciosa. Um país restava por construir, o que significava estabelecer não apenas seu tamanho, mas sua "grandeza"; caracterizar não apenas o seu povo, mas os fatores que nele definem um sentimento unificador, um "caráter nacional". Havia, enfim, todo um trabalho a ser realizado e várias indicações parecem apontar para a importância de se elaborar, naquele momento, um referencial político e ideológico que complementasse o sentido de *nação* até então utilizado, de fundo étnico-cultural. Trabalhos acadêmicos recentes têm destacado o envolvimento das instituições culturais e científicas neste processo, identificando-as com a busca de um projeto de nação fundamentado tanto na história quanto na geografia do país (GUIMARÃES, 1988; FIGUERÔA, 1992; DOMINGUES, 1996). Nesta perspectiva, a existência e a atuação de uma instituição como o IHGB via-se plenamente justificada.

UM BREVE CONTRAPONTO: A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

Inicialmente representadas apenas pelo IHGB, com sede no Rio de Janeiro e chancela oficial, as sociedades geográficas foram pouco a pouco se difundindo pelo território nacional, geralmente como seções provinciais do Instituto *nacional*. A diferença de recursos e o isolamento com relação a outros centros de produção científica e cultural do país, no entanto, colocava limites bastante claros para a atuação desses institutos. Mesmo assim alguns deles conseguiram atingir expressão nacional, ao mesmo tempo em que se tornavam importantes centros de articulação do poder local. São exemplos disto o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, fundado em 1862, e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894 (SCHWARCZ, 1993).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus congêneres imprimiram em seus temas de estudo, conforme já exposto, uma tradição documental, descritiva e classificatória que visava atender a um projeto de construção da *história nacional*. Já no momento da fundação da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (1883), outro contexto, pretende-se tomar como modelo para o conhecimento outros

referenciais. Neste caso, o que se coloca em primeiro lugar como preocupação é a busca de uma identidade própria para a geografia. Como toda ciência em formação, a geografia necessitava legitimar o seu discurso a partir de um lugar, o que significava objetivamente uma instituição que detivesse o poder de definir o que poderia ou não ser considerado "geográfico". Segundo Perla Zusman, *"toda a tentativa de realizar uma reconstrução do processo de autonomização temática e metodológica da geografia enquanto disciplina através de um levantamento das instituições que se vinculam à produção deste conhecimento, em qualquer que seja o recorte nacional-estatal escolhido, encontra seu primeiro antecedente histórico na formação das sociedades Geográficas"* (ZUSMAN, 1996, p. 3). Vale observar que, no final do século XIX, a geografia já havia se institucionalizado na Europa, conseguindo, assim, forjar minimamente uma identidade disciplinar. No Brasil, os seus "praticantes" - principalmente engenheiros e intelectuais diletantes - viam-se então estimulados a definir espaços institucionais de atuação alternativos aos existentes.

Embora os objetivos e a atuação da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ) não fossem muito diferentes dos definidos pelo IHGB - promover discussões, investigações e explorações por intermédio de sessões, conferências e congressos; manter publicações, arquivos e intercâmbio científico - a nova associação procurava justificar sua própria existência em função do pouco espaço concedido à geografia na instituição mais antiga, a seu ver demasiadamente concentrada nos estudos históricos. Uma nova concepção de ciência geográfica, referenciada nos avanços metodológicos das ciências naturais, estimulava também argumentos em favor do estabelecimento da geografia como um campo autônomo, atuando no sentido de afastá-la não apenas do IHGB, mas da própria história como área "tradicional" do conhecimento.

Outra insatisfação sentida por parte dos fundadores da SGRJ no que se refere à legitimidade dos foros em que se cultivava a geografia no Brasil era dirigida contra a Sociedade de Geografia de Lisboa, que havia instalado uma filial no Rio de Janeiro em 1878. Ainda que a atuação desta Sociedade não fosse contestada em termos de sua contribuição à difusão do conhecimento geográfico, a sua simples presença no Brasil não deixava de ser percebida pelos mentores da SGRJ como um obstáculo ao pleno desenvolvimento no país de uma *geografia* nacional científica, ou seja, de uma geografia moderna desenvolvida por

brasileiros. Tal projeto, por sua vez, não deveria entrar em contradição com a perspectiva cosmopolita que caracterizava o período em questão, o que imprimiria uma marca particular nos projetos e no saber geográfico produzido no âmbito da nova sociedade.

A criação da SGRJ viria a ocorrer num contexto bem diferente daquele da formação do IHGB. Este fora fundado, em primeiro lugar, sob a égide do Império, participando direta ou indiretamente de suas políticas e mantendo fortes relações com a Coroa. A SGRJ, ao contrário, foi criada em um momento de crise do poder imperial, o que significa dizer que as relações com ele estabelecidas foram muito mais tênues, embora o Imperador participasse eventualmente de suas sessões. Fora isto, a origem da SGRJ deve ser entendida dentro de um contexto bem mais amplo. Verificava-se uma expansão da economia capitalista em nível mundial que colocava na ordem do dia a busca de novos territórios; contexto no qual a geografia ganhava um novo significado, como instrumento a serviço dos Estados e dos agentes econômicos do capitalismo. No caso brasileiro, o desenrolar deste processo estava associado a um quadro interno bastante complexo: inserção na economia internacional, abolição da escravidão, grandes ondas de imigração, começo da industrialização, intensificação do processo de urbanização, formação das classes médias etc. Novas perspectivas de construção da nação se colocavam, influenciadas pela idéia europeia de civilização.

Ao que tudo indica, os membros da SGRJ pareciam estar conscientes da importância assumida pela geografia neste momento singular da história mundial, quando se acelerava o movimento de expansão do modo de produção capitalista por todo planeta. Assim, no âmbito da SGRJ, o que toma curso preferencialmente é uma tentativa de gerar um conhecimento geográfico que colaborasse com a integração do Brasil na economia mundial, o que se pensava conseguir através da produção de obras que projetassem o Brasil no exterior, da organização de "exposições geográficas" internacionais e de congressos científicos que pudessem reunir e difundir mais rapidamente as informações relativas ao país. Fora isto, a mudança no sistema político, com o advento da República, conferia novo *status* à questão territorial, que assumia importância vital para a manutenção da unidade política em um momento em que outros laços se fragilizavam. Neste quadro, o Estado buscava conseguir um domínio mais efetivo sobre o pretendido território

de dominação, esforçando-se em consolidar mais efetivamente o controle sobre as fronteiras e sobre o interior do país através de expedições exploradoras, de demarcações de limites e de levantamentos de todo o tipo. (ZUSMAN, 1996, p. 115). Tais empreendimentos mereceram também grande atenção por parte da Sociedade, tendo constituído tema constante de suas publicações e discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPEL, Horacio (1977). "Institucionalización de la Geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos" in **Geo-crítica 8-9**. Universidad de Barcelona.
- _____ (1981). **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona, Barcanova.
- CARVALHO, Carlos Delgado (1927). "Geografia - Ciência da Natureza", in **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro Tomo XXXI**. Rio de Janeiro, SGRJ.
- FIGUERÔA, Sílvia F. de Mendonça (1992). **Ciência na Busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil, 1808-1907**. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História, USP.
- GUIMARÃES, Manuel Salgado (1988). "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma **História nacional**" in **Estudos Históricos vol. I na I**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- PEREIRA, Sergio Nunes (1997). **Geografias. Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Geografia, USP.
- SCHWARCZ, Lília (1993). **O espetáculo das raças**. São Paulo, Companhia das Letras.
- VLACH, Vânia (1988). **A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Geografia, USP.
- ZUSMAN, Perla B. (1996). **Sociedades Geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Geografia, USP.